

CONTRATO - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0421/2018 ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2017 CONTRATO Nº. 041/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI - ES **CONTRATADO:** PARK MINERADORA E SERVIÇOS LTDA EPP

OBJETO: O Objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção diversos para atender a todas as Secretarias do Munipicio- Pregão Presencial SRP nº 033/2017 - Ata de Registro de Precos nº

111/2017 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA - ES.

Pelo presente Instrumento, o Município de Irupi - ES, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 36.403.954/0001-92, com sede na Rua Jalmas Gomes de Freitas nº. 151, Centro, nesta cidade de Irupi, Espírito Santo, CEP: 29.398-000 neste ato representado pelo Prefeito Carlos Henrique Emerick Storck, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 864.421.807-78 e RG n. 682.169 - SSP ES, residente e domiciliado na Rua Azelina Machado Fernandes, nº 45 - Bairro Wilson Fernandes - Irupi - ES, adiante denominado simplesmente Contratante, e a empresa PARK MINERADORA E SERVIÇOS LTDA EPP, estabelecida no Córrego dos Coelhos, s/nº, Zona Rural, na cidade de Irupi-ES, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.656.414/0001-27 representada neste ato por Geraldo Antônio Viana de Souza, inscrito no CPF sob o nº. 107.899.147-27 e RG nº 11.668.133 SSP/MG, daqui por diante denominada simplesmente Contratada, em decorrência do Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 033/2017 e a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 111/2017 e de conformidade com a Lei 10.520/02, Lei n.º 8.666 de 21.06.93, alterada pela Lei n.º 8.883 de 08.06.94 e Lei complementar 123/2017, resolvem firmar o presente CONTRATO, observadas as cláusulas e condições seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O objeto deste instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção diversos para atender a todas as Secretarias do Município, conforme Ata de registro de Preços nº 111/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- **2.1.** O fornecimento do objeto contratado obedecerá ao estupulado neste Contrato, bem como às disposições contidas nos documentos adiante enumerados, que integram o Processo de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 033/2017, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste mesmo instrumento, no que não o contrariarem:
- a) Pregão Presencial para Registro de Preços nº 033/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA ES de 30 de junho de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

3.1. Pela contratação de que trata a cláusula anterior, a contratante se obriga a pagar à contratada, o valor total de R\$ 177.000,00 (cento e setenta e sete mil reais), conforme preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 111/2017 do Pregão SRP nº 033/2017 do Municipio de Ibatiba - ES;

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
15	7500	Мз	SAIBRO COMUM	R\$ 17,70	R\$ 132.750,00
30	2500	Мз	SAIBRO COMUM	R\$ 17,70	R\$ 44.250,00
				VALOR TOTAL	R\$ 177.000,00

3.2. O preço proposto e aprovado no processo de adesão será, nos termos da proposta da contratada, aquele cotado para fornecimento e execução do bem ao Município, estando incluídos todos os custos direto e indireto requeridos para a entrega e execução do mesmo.



CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁR	NOMENCLATURA						
090001.1545100012.006 33 ^o FICHA 239	9030	Secretaria Urbanos administrat	– Manu	tenção	o dos	5	serviços

CLAUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

- **5.1.** O contrato poderá ser reajustado, visando a adequação aos novos preços de mercado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, mediante a apresentação da tabela de tarifas vigente no município;
- **5.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

- **6.1.** O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Irupi em até 30 (trinta) dias após entrega do relatório a ser elaborado pelo fiscal de contrato indicando a conclusão da prestação do serviço e fornecimento;
- **6.2.** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agencia do Banco do Brasil e o número da Conta a ser depositado o pagamento, não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;



- **6.3.** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;
- **6.4.** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL – Se durante o prazo de vigência do presente contrato houver necessidade eventual de acréscimos ou supressões no objeto, fica a contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta da licitação os acréscimos até o limite de 25% (vinte cinco por cento) do valor de contrato, mediante Termo Aditivo Contratual, de acordo com o que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E VIGÊNCIA:

8.1 O prazo de vigência do presente contrato será a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- **9.1.** Além das obrigações trazida na Ata de Registro de Preços aderida, ainda elencamos as seguintes obrigações da CONTRATADA:
- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;
- b) efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos;



- c) As indicações referentes ao objeto licitado deverão ser aquelas exigidas no Edital. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto licitado deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso;
- d) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto licitado, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- e) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto licitado com avarias ou defeitos;
- f) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - h) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- **10.1** Além das obrigações trazida na Ata de Registro de Preços aderida, ainda elencamos as seguintes obrigações da CONTRATADA:
- a) receber o objeto e a prestação do serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos e dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da



proposta, para fins de aceitação e recebimento;

- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido e na execução do serviço licitado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto e a prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- g) A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS SANÇÕES:

- **11.1.** Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da Administração Pública Municipal, as seguintes penalidades:
- a) Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou



instrumento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05(cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, sem prejuízo das multas previstas nesse Edital e das demais cominações legais;

- b) A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas nesse item, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:
- I 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- II 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso,
 sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;
- III- 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.
 - c) Advertência;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a Administração Pública Municipal;
 - f) As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" poderão ser aplicadas



juntamente com a da alínea "b".

- g) Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada direito ao contraditório e a ampla defesa.
- h) A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- **12.1.** O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei.
- **12.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- **12.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:
 - **12.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - **12.4.3.** Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONTROLE DA ENTREGA DOS ITENS LICITADOS



Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

O recebimento de serviços prestados de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

14.1. A execução do objeto deverá ser iniciada mediante ordem de execução emitida pela Secretaria Municipal Responsável, contados a partir da assinatura do recebimento da mesma, devendo a execução dos objetos licitados serem realizadas no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o recebimento da ordem de execução. Não ocorrendo a execução dos objetos licitados, o executor deverá se justificar perante ao Município que poderá dar um prazo máximo de 48h (quarenta e oito) horas para que se proceda à execução do objeto licitado.



- **14.2.** Ao Município é reservado o direito de não aceitar o objeto licitado que não estejam de acordo com as exigências do edital, e solicitar a reposição dos mesmos;
- **14.3.** A Administração Contratante designará, formalmente, o servidor (ou comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pela entrega do objeto licitado, que comprovará a adequação do objeto aos termos deste contrato e pela atestação provisória e/ou definitiva dos mesmos em até 05 (cinco) dias consecutivos;
- **14.4.** O servidor ou a comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega do objeto licitado ou até mesmo a substituição por outro novo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. O presente Contrato será publicado, em resumo, no Mural desta Prefeitura, e na Imprensa Oficial, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, correndo a despesa por conta do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 - A execução deste Contrato será acompanhada por servidor previamente designado pela Administração, nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a realização do objeto contratados, para cumprimento das normas estabelecidas nos Artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:



17.1 - Aos casos omissos neste Contrato serão aplicadas as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO:

18.1 As partes contratantes elegem o Foro da comarca da contratante, como sendo o competente para qualquer demanda que se verse sobre o presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais especial que seja. E por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias igual teor e forma, e para um só efeito, o qual vai assinado pelas partes contratantes e duas testemunhas abaixo indicadas.

Irupi- ES, 12 de março de 2018.

CARLOS HENRIQUE EMERICK STORCK

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

PARK MINERADORA E SERVIÇOS LTDA EPP CONTRATADA

NOME:	CPF:
NOME:	CPF: